



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DA CIDADE
Identificação: CIDADES B2
Data: 13/11/2012

TRANSTORNO MENTAL

Atendimento a criança é demorado

André Moreira

Crianças e adolescentes com transtornos mentais esperam de dois a três meses para iniciar tratamento psiquiátrico no município de Aracaju. Essa demora é resultado da demanda existente e do número restrito de profissionais na Rede de Atenção Primária. Em Aracaju existe apenas uma unidade básica de atendimento que é a Oswaldo de Souza que tem em seu quadro funcional apenas um psiquiatra, três psicólogos e uma assistente social.

Por causa desse cenário, o Ministério Público Estadual (MPE), através da promotora de Justiça Euza Missano, realizou audiência pública ontem, 12, para a resolução do problema. “Nós recebemos algumas representações da 16ª Vara que cuida da infância e do adolescente com informações de que há um número grande de demanda em relação à oferta insuficiente do atendimento psiquiátrico de crianças e adolescentes. Por conta disso, abrimos um procedimento administrativo para que os envolvidos falassem sobre o assunto”, afirmou.

Segundo a responsável técnica em saúde mental da Rede de Atenção Primária, Edice



AUDIÊNCIA no MP discutiu a demora no atendimento psiquiátrico de jovens

Fontes, existe a necessidade de ampliação do serviço, mas está difícil encontrar profissionais especializados na área. “Existe uma falta de demanda de psiquiatras com especialidade no tratamento de crianças e adolescentes, o que dificulta ainda mais a regularização do nosso serviço. Inclusive estamos trabalhando com um médico que a sua formação ainda está em curso”, disse Edice.

A antiga psiquiatra da Uni-

dade de Saúde da Família (USF) Oswaldo de Souza, Rossana Sales, ressaltou que a unidade é uma referência para todo o atendimento de saúde mental de Aracaju, com atendimento, inclusive, de crianças abrigadas. “O tumulto na assistência aconteceu quando, por determinação judicial, todos os pacientes, ao serem abrigados, devem ser assistidos, mesmo sem ter essa necessidade. Além disso, em algumas oportuni-

des, há determinação judicial para que o atendimento psiquiátrico de crianças, passando na frente de outros pacientes com casos mais graves que aguardam na fila”, relatou a psiquiatra.

Para o diretor médico do Hospital São José, Carlos Vieira, a instituição está de portas abertas para atendimento de pacientes com transtornos mentais, mas restringe-se a adolescentes e adultos. “Recebemos crianças apenas para a consulta inicial, mas depois é encaminhado para a unidade de referência ou para o CAPS, ficando apenas internado, nos casos mais severos, o adolescente”, explicou Carlos Vieira.

“O que é certo é que o MP vai tomar providências para a regulação desse serviço, só não sabemos qual promotoria estará à frente do caso. Após colher as informações apresentadas, vou conversar com as promotoras de Justiça da área da Infância, Maria Rita e Lilian Carvalho, para sabermos se esse procedimento continuará na saúde ou se seguirá para a promotoria delas”, finalizou a promotora Euza Missano.